

TSE nega registro a Múcio

A decisão, por 6 a 0, é definitiva: não cabe recurso

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou ontem por unanimidade o registro da candidatura do deputado Múcio Athayde ao Senado pelo PMDB/DF. A decisão — inédita na jurisprudência brasileira — ratificou ato do TRE/DF e afastou definitivamente o “homem do chapéu” das eleições de 15 de novembro.

O TSE aceitou todos os pontos do parecer do procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence. Múcio está inelegível por abuso econômico, materializado pela distribuição “massiva” de pão e leite à população. A defesa do ex-candidato, representada pelo advogado Célio Silva, insistiu na má instrução processual da representação formulada pelo PSB/PMN.

Sepúlveda Pertence acusou Múcio Athayde de “explorar a miséria, a alienação e ignorância” do “lumpesinato” habitante das regiões periféricas do DF. Observou que a defesa limitou-se à contestação “jurídica”, não apresentando, em nenhum momento, “contraprovas”.

O Procurador rebateu ainda o argumento de Célio Silva, segundo o qual a cassação definitiva de registro pelo TSE exigiria configuração de abuso em pleito anterior. Sepúlveda Pertence contestou também os dois acórdãos apresentados pela defesa de Múcio, justificando que não se adaptavam ao recursos encaminhado pelo “homem do chapéu”, mas a situações de diplomação — cassação dos registros dos ex-deputados Sebastião Paes de Almeida (PSD — 1965) e Sérgio Philomeno (PDS — 1982).

“A cassação definitiva do registro de Múcio Athayde termina com a época das atas falsas e da manipulação grósseira”, disse Sepúlveda, acrescentando: “Vamos dar o primeiro passo para o novo desafio, que é batalha contra os crimes de abuso econômico nas eleições”.

VOTO

O ministro-relator do processo, Sérgio Dutra, deixou claro desde sua pri-

meira intervenção que declinará seu voto pela cassação definitiva. Ele negou também a necessidade de inquérito preliminar, conforme sustentavam os advogados e defendeu a inelegibilidade com base nos fatos apurados antes do registro de Múcio junto ao TRE/DF.

Sérgio Dutra observou que a impugnação deveria ocorrer sobre “o momento do registro”. Disse que a prova material do abuso econômico estava definitivamente comprovada pela campanha maciça de criação de imagem positiva patrocinada pelo jornal de Múcio Athayde (Correio do Brasil), que ilustrou “em mais de 300 artigos” a distribuição de pão e leite”.

Ao voto de Sérgio Dutra, seguiram-se os dois ministros William Paterson, Aldir Passarinho, Francisco Rezek, Carlos Velloso e Roberto Rosas. Este último chegou a notar que as provas da impugnação apoiavam-se em “fonte segura”: nos próprios jornais de Múcio Athayde.

RESPEITO

— O PMDB sempre caracterizou-se como o partido favorável ao Estado de Direito e vai acatar plenamente a decisão do TSE, disse logo após a sentença do Tribunal Superior Eleitoral o presidente do PMDB/DF, Milton Seligman.

Segundo Seligman, o PMDB ainda não dispõe de um nome. Acrescentou no entanto que provavelmente sairá dos convencionais que receberam maior número de votos na convenção do partido, mas que não chegaram a atingir quorum para figurar na chapa oficial. Ele descartou porém a efetivação do suplente de Múcio Athayde como candidato.

Os advogados de Múcio, que não assistiu o julgamento do TSE, informaram que vão estudar a possibilidade de revisão. Segundo Célio Silva (Filho), teoricamente cabe pedido de recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, ele praticamente descartou a medida.